



A inflação oficial do país, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), atingiu 1,01% em novembro último, e ficou 0,19 ponto percentual acima da taxa de 0,82% registrada em outubro, informa o IBGE.

economia@atribuna.com.br

Economia

Setor automotivo tem novo acordo

Brasil e Uruguai assinam tratado de livre comércio para veículos

DE BRASÍLIA

O Brasil e o Uruguai assinaram acordo automotivo de livre comércio. Segundo o tratado, haverá 100% de preferência tarifária no caso de produtos que cumprirem um percentual de conteúdo regional em seus componentes. Para os veículos e autopeças brasileiros, o índice deve ser igual ou superior a 55% e, para os uruguaios, a 50%, de acordo com fórmula estipulada pelo Mercosul. O acordo entra em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Os produtos alcançados pelo entendimento são automóveis de passageiros, ônibus, caminhões, máquinas agrícolas, autopeças, chassis e pneus. Para itens que não cumprirem a regra do mínimo de conteúdo regional, foi estabelecida uma cota de comércio: US\$ 650 milhões para o Uruguai e US\$ 325 milhões para o Brasil.

O acordo tem ainda uma cláusula de salvaguarda, para situações de desequilíbrio no comércio entre os dois países. Nesses casos, um deles poderá solicitar a suspensão temporária do livre comércio. Caso isso ocorra, um comitê bilateral analisará a situação e proporá medidas corretivas para o restabelecimento do acordo.

Pontos do acordo

>> Tratado

Segundo o tratado, haverá 100% de preferência tarifária no caso de produtos que cumprirem um percentual de conteúdo regional em seus componentes. Para os veículos e autopeças brasileiros, o índice deve ser igual ou superior a 55% e, para os uruguaios, a 50%, de acordo com fórmula estipulada pelo Mercosul. O acordo entra em vigor em 1º de janeiro de 2016.

>> Produtos

Os produtos alcançados pelo entendimento são automóveis de passageiros, ônibus, caminhões, máquinas agrícolas, autopeças, chassis e pneus. Para itens que não cumprirem a regra do mínimo de

conteúdo regional, foi estabelecida uma cota de comércio: US\$ 650 milhões para o Uruguai e US\$ 325 milhões para o Brasil.

>> Salvaguarda

O acordo tem ainda uma cláusula de salvaguarda, para situações de desequilíbrio no comércio entre os dois países. Nesses casos, um deles poderá solicitar a suspensão temporária do livre comércio. Caso isso ocorra, um comitê bilateral analisará a situação e proporá medidas corretivas para o restabelecimento do acordo. Este ano, o Brasil já havia renovado acordo automotivo com o México por mais quatro anos e com a Argentina até julho de 2016.

O documento foi assinado no Itamaraty pelos ministros brasileiros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, e das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e por seus pares uruguaios, os ministros das Relações Exteriores, Rodolfo Nin Novoa, e da Indústria, Energia e Minas, Carolina Cosse.

Este ano, o Brasil já havia renovado acordo automotivo com o México por mais quatro anos e com a Argentina até julho de 2016.

COTAS

Em agosto, Brasil e Uruguai fecharam um acordo provisório, que deixa de valer em 31 de dezembro. Na época, a cota



Pelo tratado, haverá 100% de preferência tarifária no caso de produtos com conteúdo regional

que o Brasil poderia vender ao Uruguai sem pagar imposto de importação passou de 8.500 veículos e US\$ 99,6 milhões em autopeças em um ano para 10.056 veículos e US\$ 99,6 milhões em autopeças no segundo semestre deste ano.

Atualmente, os veículos brasileiros ocupam 21% do mercado uruguaio, que tem ainda a China com 28%, Índia com 14% e México e Coreia do Sul com 11% cada. Em 2006, a participação dos carros brasileiros era de 60%.

INVESTIMENTO MANTIDO

O presidente da montadora de caminhões e ônibus MAN La-

tin America, Roberto Cortês, reafirmou ontem que a empresa não alterou em nada o seu plano de investir R\$ 1 bilhão no Brasil entre 2012 e 2017, apesar da crise econômica vivida pelo País em 2015. "Tudo será mantido", garantiu o executivo, durante evento de fim de ano organizado pela companhia em São Paulo.

O executivo disse que a montadora enviou ao governo, na semana passada, o pedido de adesão ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE), instrumento que permite a redução da jornada de trabalho e dos salários em até 30%, mas com metade da perda salarial com-

pensada pelo governo, por meio de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). "Até o fim de dezembro nós devemos ter uma resposta do governo e esperamos que seja positiva", afirmou Cortês.

O envio do pedido é resultado de acordo assinado entre a MAN e seus funcionários, que aprovaram a adesão no dia 12 de novembro, depois de uma primeira rejeição. Com o plano, a empresa estima que vai evitar a demissão de um pouco mais de mil funcionários. O presidente da MAN espera que 2016 seja um ano melhor que 2015. (Estadão Conteúdo)

CARLOS NOGUEIRA - 29/1/14